



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009283-13.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Adriana Cristina Migliati Zanon**
 Requerido: **NET SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado contrato com a ré para a prestação de serviços de transmissão de imagem televisada, acesso à rede mundial de computadores e de telefonia.

Alegou ainda que alterou o plano para a transmissão de imagem televisada pelo sistema HD e nessa ocasião foram substituídos os cabos existentes, por orientação de funcionários ligados à ré, mas a partir de então seu telefone deixou de funcionar.

Almeja à condenação da ré para restabelecer tal serviço.

A ré em contestação não refutou os fatos articulados pela autora e sequer se pronunciou a seu propósito.

Limitou-se a salientar a inexistência de danos morais por parte da autora, quando ela em momento algum abordou tal assunto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Bem por isso, e à míngua de impugnação específica à falha imputada à ré, o reconhecimento desta impõe-se, condenando-se a mesma a restabelecer o serviço de telefonia ajustado com a autora.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a no prazo máximo de 48h tomar as providências necessárias ao restabelecimento do serviço de telefonia prestado à autora, tornando definitiva a decisão de fls. 06/07, item 1.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**